



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**PROCESSO PJECOR N.º: 0000403-28.2022.2.00.0808**

**UNIDADE JUDICIÁRIA: 2ª Vara Cível do Juízo de Guarapari/ES - Comarca da Capital**

**JUÍZA TITULAR: Dra. Marcia Pereira Rangel**

**ASSUNTO: Correição Virtual – 2022**

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL**

**2ª VARA CÍVEL DO JUÍZO DE GUARAPARI/ES – COMARCA DA CAPITAL**

Submeto aos ilustres membros deste Egrégio Conselho Superior da Magistratura a apreciação do Relatório de Correição Virtual levada a efeito na **2ª Vara Cível do Juízo de Guarapari/ES - Comarca da Capital**, em atendimento aos termos da Portaria n. 011/2022 e do Edital n. 063/2022, disponibilizado no Diário Eletrônico do dia 10/11/2022.

**1. METODOLOGIA UTILIZADA**

A metodologia utilizada na presente Correição Virtual é fundamentada em relatórios analíticos gerenciais, com especificações de todos os processos da **2ª Vara Cível do Juízo de Guarapari/ES - Comarca da Capital**, fornecidos pelos sistemas de automação do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Objetiva-se, pois, prevenir e corrigir irregularidades no uso e na alimentação do sistema informatizado de gerenciamento e movimento processual, permitindo, assim, adequada viabilidade do instrumento para as rotinas cartorárias e, conseqüentemente, a boa prestação jurisdicional.

Com efeito, a equipe correcional iniciou o exame qualitativo dos processos quanto às últimas movimentações e a situação temporal em que se encontravam, nos parâmetros definidos pelo artigo 15 do Código de Normas.

A correição ensejou, dessa forma, o levantamento prévio de dados sobre os processos que se encontravam com andamento paralisado, assim como aferição acerca da organização das atividades desenvolvidas na unidade e da eficiência e desempenho dos recursos humanos disponibilizados, para ao final perfilar recomendações e determinações de ajustes ao fiel cumprimento das leis e normas atinentes à hipótese.

**2. ESTRUTURA FUNCIONAL**

## Juiz Responsável

Juíza	Vínculo	Ato
Marcia Pereira Rangel	Titular	nº 350/19 - 07/06/2019

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 10/01/2023)

## Servidores lotados

Servidor (a)	Cargo	Função
Grace Miranda Bauer	Analista Judiciário - AJ - Direito	Chefe de Secretaria - Ato nº 263/20 - 13/05/2020
Albertino Fontes de Oliveira	Analista Judiciário 01 - QS - Escrevente Juramentado	Chefe de Secretaria Substituto - Ato nº 291/21 - 25/05/2021
Leonardo Simões Corrêa Neto	Assessor de Juiz	-

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 10/01/2023)

## Servidores à disposição de outras Unidades

Servidor (a)	Cargo	Observação
Henrique Fernandes Wyatt	Analista Judiciário -AJ - Direito	A disposição do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - Ato Nº 343/16 - 06/06/2016 - Lotado no Gab. Desemb. Ewerton Schwab Pinto Junior

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 10/01/2023)

A Lei Complementar Estadual nº 234/02 – Código de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo – prevê, como paradigma, a lotação de **04 (quatro) Analistas Judiciários 02 – Área Judiciária** para a 2ª Vara Cível do Juízo de Guarapari. Vê-se, daí, que o quadro funcional da secretaria da unidade encontra-se **incompleto**, não atendendo a previsão mínima estabelecida em lei.

Entretanto, conforme Tabela de Lotação de Pessoal – TLP de todas as unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, disponibilizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas no *site* do Tribunal de Justiça<sup>1</sup>, a lotação real de servidores efetivos da Unidade é de 02 (dois) servidores e a lotação paradigma é de 03 (três) servidores, vejamos:



### TABELA DE LOTAÇÃO DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TLP1 - Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Judiciárias de Primeiro e Segundo Grau do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo  
Referência: 01 de julho de 2022

#### UNIDADES JUDICIÁRIAS DO APOIO DIRETO DO PJES

Grau	Tipo	Descrição da Unidade	UF	Município	LP	LOTAÇÃO REAL DOS EFETIVOS	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES QUE INGRESSARAM POR CESSÃO OU REQUISICÃO	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES SEM VÍNCULO	LOTAÇÃO REAL DE OUTROS SERVIDORES DE UNIDADES PRIVATIZADAS	ASSESSOR DE JUIZ
1	B - CÍVEL	2ª VARA CÍVEL	ES	GUARAPARI	3	2	0	1	0	0

1 Disponível em: [http://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/TLP1\\_jan2022-PADR%C3%83O.pdf](http://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/TLP1_jan2022-PADR%C3%83O.pdf) . Consulta realizada em 10/01/2023.

### 3. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DA UNIDADE

A estatística processual da unidade foi consolidada a partir dos sistemas informatizados utilizados para movimentação de todos os processos da Vara.

#### Processos distribuídos

Indicador	Total	Média/mês
Janeiro a dezembro de <b>2021</b>	799	67
Janeiro a dezembro de <b>2022</b>	991	83

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 10/01/2023)

#### Evolução do acervo

Ano	Acervo
<b>2021</b>	2.666
<b>2022</b>	2.779

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 10/01/2023)

#### Acervo atual

	Janeiro 2023
Total	2.877
Suspensos ou sobrestado	97
Arquivados provisoriamente	86
<b>Tramitação ajustada</b>	<b>2.694</b>

(Tramitação ajustada: acervo real em movimento na unidade judiciária)

### 4. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DO GABINETE

#### Processos concluídos

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade total de processos <b>concluídos</b>	<b>544</b>	<b>559</b>
Concluídos para <b>sentença</b> há mais de 100 dias	0	<b>12</b>
Concluídos para <b>decisão</b> há mais de 100 dias	0	<b>14</b>
Concluídos para <b>despacho</b> há mais de 100 dias	0	<b>91</b>
Concluídos para <b>ato diverso</b> há mais de 100 dias	0	<b>2</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual - 1ª fase: 16/11/2022 - 2ª fase: 10/01/2023)

#### Audiências

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade de audiências designadas	8	7
Quantidade de audiências designadas para <b>mais de 4 meses</b>	0	0

## 5. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

### Tabela Processual Unificada – CNJ

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem migração de classe	0	0
Processos sem assunto	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual - 1ª fase: 16/11/2022 - 2ª fase: 10/01/2023)

### Processos sem movimentação há mais de 100 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem movimentação há mais de 100 dias	0	201

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual - 1ª fase: 16/11/2022 - 2ª fase: 10/01/2023)

### Petições pendentes de juntada há mais de 10 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Petições pendentes de juntada	13	5

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual - 1ª fase: 16/11/2022 - 2ª fase: 10/01/2023)

### Cartas precatórias não cumpridas no prazo de 60 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Cartas precatórias pendentes de cumprimento	11	6

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual - 1ª fase: 16/11/2022 - 2ª fase: 10/01/2023)

### Processos fora de cartório há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos fora de cartório ou em remessa externa	10	8

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual - 1ª fase: 16/11/2022 - 2ª fase: 10/01/2023)

### Mandados pendentes de devolução por parte de Oficial de Justiça há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Mandados pendentes de devolução há mais de 30 dias	63	35

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual - 1ª fase: 16/11/2022 - 2ª fase: 10/01/2023)

## 6. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE METAS

### Meta 1 CNJ/2022 (Foco: Produtividade)

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Percentual obtido	Resultado
78,73%	Meta <b>não cumprida</b>

### Meta 2 CNJ/2022 (Foco: Celeridade)

Identificar e julgar até 31/12/2022: Na Justiça Estadual: pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2018

no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019 no 2º grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

Percentual obtido	Resultado
94,66%	Meta <b>não cumprida</b>

(Fonte: Painel de Gestão - referente à Dezembro de 2022)

## 7. DESEMPENHO DA UNIDADE JUDICIÁRIA

### 7.1. Gabinete

A apuração sistêmica dos dados da unidade, consolidados até o dia 16/11/2022, revelou a existência de **544 (quinhentos e quarenta e quatro)** processos em gabinete para análise da Magistrada, não havendo processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.

Entretanto, em nova consulta, realizada no dia 10/01/2023, percebe-se que o acervo concluso obteve um aumento, totalizando **559 (quinhentos e cinquenta e nove)** processos, e o quantitativo de processos **com registro de excesso de prazo de conclusão aumentou para 119 (cento e dezenove) feitos**.

Diante da situação apresentada, mostra-se necessário que o Juízo adote as medidas necessárias visando o impulsionamento dos processos paralisados em gabinete, de modo que o tempo de resposta conferido aos pronunciamentos judiciais não exceda o prazo de 100 dias, conforme orientações do CNJ.

Ademais, observa-se que as Metas CNJ no ano de 2022 não foram cumpridas, devendo o Juízo adotar medidas concretas voltadas ao atendimento integral das *Metas Prioritárias* estabelecidas pelo Conselho Nacional da Justiça, impulsionando efetivamente os processos inseridos nestas.

### 7.2. Secretaria

Analizando os dados extraídos tanto na 1ª fase quanto na 2ª fase da correição, foi possível verificar uma redução nas pendências referentes às cartas precatórias pendentes de cumprimento, processos em carga externa por prazo excessivo, petições pendentes de juntada há mais de 10 dias e mandados pendentes de devolução pelos Oficiais de Justiça. Entretanto, houve um aumento considerável na quantidade de processos sem movimentação há mais de 100 dias.

No que se refere aos processos sem movimentação há mais de 100 dias, inicialmente não haviam feitos na referida situação, contudo, o quantitativo **aumentou para 201 (duzentos e um) feitos após o levantamento da 2ª fase da correição**.

Desse modo, deve a secretaria adotar as medidas necessárias visando o impulsionamento de todos os processos paralisados inadequadamente, observando, preferencialmente, a ordem cronológica de

recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais.

No que se refere aos processos em carga externa, recomenda-se à secretaria que mantenha o controle efetivo sobre os processos em carga, com cobrança mensal mediante intimação pelo e-Diário, por telefone, verbalmente ou por e-mail, conforme determina os artigos 376, §§ 4º e 5º e 399 a 401, ambos do Código de Normas. Para tanto, deverá lançar mão da ferramenta eletrônica “Painel de Prazos” no sistema e-JUD, o que otimizará buscas posteriores e a observância do prazo.

Quanto aos mandados pendentes de devolução pelos Oficiais de Justiça, compulsando a listagem atualizada, extraída em 10/01/2023, infere-se que 35 (trinta e cinco) mandados permanecem sem devolução.

Não obstante as medidas já adotadas pela Unidade, recomenda-se que a secretaria sempre observe o disposto no inciso XVI, do artigo 438 do Código de Normas, procedendo-se às devidas cobranças e comunicando os fatos à Magistrada, caso não seja realizada a devolução dos mandados dentro do prazo.

## 8. DETERMINAÇÕES

### 8.1 À Juíza Titular

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Situação da unidade judiciária	<b><u>Encaminhe</u></b> impreterivelmente no prazo de <b>30 (trinta) dias, relatório detalhado</b> à Corregedoria Geral da Justiça quanto a adoção de todas as medidas correicionais direcionadas à Unidade; <b><u>Adote</u></b> , doravante, as orientações e medidas como rotinas de trabalho, fiscalizando, a observância, pelo cartório da alimentação dos sistemas informatizados;
Processos conclusos há mais de 100 dias	<b><u>Adote</u></b> as medidas necessárias visando o impulsionamento/julgamento dos processos inseridos em referida situação; <b><u>Promova</u></b> o <b>acompanhamento regular</b> do acervo de processos conclusos, de modo que o tempo de resposta conferido aos pronunciamentos judiciais não exceda o prazo de 100 dias, conforme orientações do CNJ;
Metas Nacionais CNJ	<b><u>Monitore</u></b> , semanalmente, os dados estatísticos da unidade, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes inseridos nas Metas Nacionais do CNJ, em cunho a propiciar seu integral atendimento.

### 8.2. À Chefe de Secretaria

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Processos paralisados há mais de 100 dias	<b><u>Trabalhe</u></b> efetivamente todos os processos paralisados inadequadamente em cartório há mais de 100 dias, observando, preferencialmente, a ordem cronológica de recebimento para

	publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais;
<b>Juntada de petições</b>	<p><b><u>Regularize</u></b> a situação de todas as petições pendentes de juntada, de modo que o sistema represente fidedignamente a realidade cartorária;</p> <p><b><u>Observe</u></b>, doravante, rigorosamente o prazo de até 10 (dez) dias para a juntada das petições protocolizadas na forma do artigo 234 do Código de Normas Judicial, promovendo, em qualquer situação, o adequado movimento taxonômico “juntada de petição de #{tipo de petição}” (código 85), quando da juntada física;</p>
<b>Mandados expedidos</b>	<p><b><u>Mantenha</u></b> rigoroso controle sobre os prazos para cumprimento dos mandados judiciais expedidos, em atendimento ao estabelecido no Código de Normas, <b><u>procedendo</u></b> a sua regular cobrança quando excedido o tempo para devolução, nos termos do inciso XVI, do artigo 438 do Código de Normas;</p>
<b>Processos em carga externa</b>	<p><b><u>Providencie</u></b> a cobrança dos processos em carga por prazo excessivo;</p> <p><b><u>Adote</u></b>, no monitoramento dos prazos em geral dos autos físicos, a ferramenta eletrônica "Painel de Prazos" no Sistema e-Jud (ou equivalente), o que otimizará buscas posteriores, sem prejuízo da utilização do "escaninho virtual respectivo" e correspondente organização cartorária física, anotando-se o tipo e a data de vencimento do prazo;</p>
<b>Cartas precatórias</b>	<p><b><u>Observe</u></b>, no que diz respeito às cartas precatórias recebidas para fins de cumprimento, o disposto nos incisos XXIV, do artigo 438 do Código de Normas, de modo que tenham <u>prioridade de tramitação</u>; comunique pela via eletrônica ou telefônica ao Juízo deprecante, em tal situação, o número de autuação da carta precatória e outros dados importantes para o cumprimento do ato solicitado, tais como a data de eventual audiência designada ou sobre a expedição de mandado; por fim, no que diz respeito exclusivamente às solicitações de atos citatórios/intimatórios deprecados, após a apuração do resultado das diligências dos oficiais de justiça, informe-as imediatamente por meio eletrônico ao Juízo deprecante.</p>

## 9. ORIENTAÇÕES GERAIS

### 9.1. À Juíza Titular

EVENTO	ORIENTAÇÃO
<b>Suspeição e Impedimento</b>	<p><b><u>Observe</u></b> o Provimento n. 36/2019, alterado pelo Provimento n. 27/2020, que determina que as decisões de suspeição e impedimento proferidas nas suas respectivas unidades judiciárias</p>

	sejam devidamente registradas pelos movimentos 12.150, 12.151 ou 269, conforme o sistema utilizado;
<b>Processos físicos</b>	<b><u>Utilize</u></b> os atos <i>judiciais</i> <i>dinâmicos</i> (despacho/mandado; decisão/mandado; julgamento/mandado; despacho/AR; decisão/AR etc.) existentes no sistema <i>e-JUD</i> , evitando-se o retrabalho para a unidade judiciária, conforme recomendação constante do Ofício Circular nº 70/2014.

## 9.2. À Chefe de Secretaria

EVENTO	ORIENTAÇÃO
<b>Juntada de petições</b>	<b><u>Proceda</u></b> a juntada de petições e AR's nos autos conclusos diretamente no gabinete do magistrado, abstendo-se de retirá-los indevidamente para qualquer fim, e se atentando a utilização do respectivo movimento taxonômico que não altera a ordem cronológica de conclusão, qual seja: “juntada de petição de #{tipo de petição}” (código 85);
<b>Processos em carga</b>	<b><u>Relacione</u></b> , mensalmente, todos os processos com carga não devolvidos no prazo conferido e <b><u>promova</u></b> a intimação do responsável, via Diário da Justiça, para proceder sua devolução em 3 (três) dias, comunicando ao Magistrado as hipóteses de retenção indevida, em observância ao artigo 399 e seguintes do Código de Normas.
<b>Observância aos comandos exarados pelo Magistrado</b>	<b><u>Fiscalize e implemente</u></b> , cuidando-se de despacho ou decisão que contenham diversos itens para cumprimento pelo cartório, <i>todas as determinações lançadas pelo Magistrado</i> , evitando-se, com isso, conclusões desnecessárias em prejuízo da celeridade do trâmite processual.
<b>Processos aptos ao arquivamento</b>	<b><u>Arquive</u></b> os processos findos, sempre que existentes, em caixa previamente preparada, utilizando-se o movimento “arquivado definitivamente” (código 246), uma vez que qualquer outra sistemática torna o acervo da serventia fictício.

## 10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A correição realizada possibilitou a percepção de que, dentro das condições em que se encontra inserida, a **2ª Vara Cível do Juízo de Guarapari/ES** necessita se adequar aos padrões delineados no presente procedimento para que a prestação jurisdicional seja realizada com a desejável presteza e organização.

Diante disso, foram traçadas algumas determinações à Sra. Chefe de Secretaria para que, em atenção as atribuições que lhe foram conferidas por lei, exerça a gerência administrativa do cartório, de modo



que os feitos sejam impulsionados regularmente na conformidade da rotina laboral impedindo-se, assim, atrasos e represamentos injustificados na marcha processual.

À Juíza titular por sua vez, foi determinado que adote as medidas necessárias visando o impulsionamento/julgamento dos processos conclusos há mais de 100 (cem) dias, bem como monitore os dados estatísticos da unidade, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes inseridos nas Metas Nacionais do CNJ, em cunho a propiciar seu integral atendimento.

Por fim, foi determinado à Magistrada que apresente **no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado** à Corregedoria Geral da Justiça, enunciando os resultados obtidos pela adoção de todas as medidas correcionais direcionadas à Unidade.

Este é o relatório que me cumpria submeter ao crivo deste Colendo Conselho Superior da Magistratura.

Vitória/ES, 10 de janeiro de 2023.

**Desembargador CARLOS SIMÕES FONSECA**

**Corregedor Geral da Justiça**



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS SIMOES FONSECA, CORREGEDOR**, em 20/01/2023, às 15:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1440930** e o código CRC **FEA8ACA3**.